# 50 anos da revista 'Saúde em Debate': trincheira de pensamento crítico e arma política da Reforma Sanitária

Maria Lucia Frizon Rizzotto[1,2], Ana Maria Costa[1,3], Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato[1,4]

DOI: 10.1590/2358-28982026151ED-P

**O NASCIMENTO DA REVISTA 'SAÚDE EM DEBATE', EM 1976, DEVE SER COMPREENDIDO** no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985). Foi sob os chamados 'anos de chumbo' – de repressões, censuras, cassações, exílios e torturas – que a saúde pública brasileira atingiu um dos seus pontos mais dramáticos de deterioração: a exclusão de parcelas majoritárias da população da assistência médico-sanitária, a piora da qualidade dos serviços e a queda vertiginosa dos indicadores de saúde. Além disso, o então Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), responsável pela assistência médica, era privatizado por dentro, distribuindo contratos à rede hospitalar privada em meio a sucessivos escândalos de corrupção. Foi justamente nesse terreno de precariedade que floresceu um movimento fecundo de resistência ao regime no interior das universidades públicas e nos departamentos de medicina preventiva e social. Por meio de projetos docente-assistenciais que envolviam professores, estudantes e profissionais dos serviços, transformava-se a crítica sanitária em crítica política ao regime autoritário, articulando saúde com democracia, justiça social e combate às desigualdades.

Esse movimento, inspirado na teoria da Determinação Social da Saúde, tributária do pensamento latino-americano – de autores como Juan César García e da chamada medicina social latino-americana –, buscava romper com a leitura biologizante e individualizante da doença para afirmar a saúde como produto do modo de produção, das relações de classe e das desigualdades estruturais. Experiências de gestão como as de Londrina (PR), Niterói (RJ) e Montes Claros (MG) converteram essa teoria em prática concreta de organização dos serviços, acumulando um patrimônio político que, poucos anos depois, inspirou o próprio projeto da Reforma Sanitária brasileira e, consequentemente, do Sistema Único de Saúde (SUS).

Foi nesse caldo de resistência que, em junho de 1976, durante a 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), inspirado em iniciativas como a 'Revista Médico-Social' e a 'Revista Brasileira de Medicina Pública', nascia a ideia de criar uma revista com o propósito de ser um meio de divulgação do pensamento crítico em saúde, analisar sua evolução histórica e a forma institucional assumida pelo setor saúde no Brasil, reafirmando a relação indissociável entre saúde, classe social e desigualdade[1]. Era, em outras palavras, um projeto editorial claramente associado ao campo político democrático e progressista.

Quatro meses depois, em outubro de 1976, foi lançado o primeiro número da revista 'Saúde em Debate', em plena vigência do AI-5. David Capistrano, um dos idealizadores da revista, afirmou, com o primeiro exemplar impresso em mãos: "*essa revista é nossa primeira vitória, ela vai provocar grandes transformações*". A frase não era retórica de lançamento. De fato, a revista passou a ser um importante e decisivo instrumento de disseminação não só das ideias inovadoras e críticas do campo da saúde, mas também se constituiu um mecanismo de mobilização política,

[1] Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
*marialuciarizzotto@gmail.com*

[2] Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Cascavel (PR), Brasil.

[3] Universidade do Distrito Federal (UnDF), Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs) – Brasília (DF), Brasil.

[4] Universidade Federal Fluminense (UFF) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Artigo publicado sob licença aberta CC-BY, com permissão de acesso gratuito, virtual e sem qualquer restrição.

na medida em que o relançamento dos números era realizado em vários estados do País, com discussões e debates sobre os problemas de saúde e as propostas para o seu enfrentamento, tendo por base os artigos e editoriais nela publicados. As propostas se relacionavam não apenas à reforma dos serviços e à reorganização administrativa do setor, mas também à ampliação do conceito de saúde, à noção de saúde como direito e à certeza de que os conceitos de saúde e democracia eram indissociáveis[2].

Para circular, a revista precisava de uma entidade jurídica que lhe desse sustentação. Nesse contexto, nasceu o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), que, desde então, responde pela direção política da revista. Nesse caso, não foi a entidade que criou um veículo de divulgação, mas a revista que deu origem à entidade, que, desde suas origens, tem se posicionado criticamente em diferentes conjunturas da política nacional, como nas 'Diretas Já!', na transição para a democracia, na Constituinte, nas crises econômicas, sanitárias, nos dilemas do setor saúde e em momentos recorrentes de ameaça à própria democracia, por meio dos editoriais e em artigos publicados na revista, evidenciando uma sintonia entre os assuntos abordados e a realidade nacional.

É importante ressaltar a participação do Cebes e da revista nas discussões prévias e durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). Tanto que o 17º número da revista 'Saúde em Debate', com o título 'Por uma política democrática de saúde', publicado em 1985, foi reeditado como encarte da 8ª CNS, realizada em 1986. Nesse número, estão publicados vários textos, resultantes de encontros, reuniões e debates realizados por entidades da sociedade civil, sindicatos e associações, com indicação de propostas sobre o que deveria ser considerado nas reformas do setor de saúde do País, que se encontrava em período de transição para a democracia.

Fleury, Bahia e Amarante[3(6)] reuniram, no livro intitulado 'Saúde em Debate: fundamentos da reforma sanitária', 30 textos publicados na revista entre 1977 e 1988. Nele, afirmam, na apresentação, que "os primeiros 20 números de Saúde em Debate [...] contêm um tesouro inestimável: ali se encontram os fundamentos da Reforma Sanitária". Os textos dessa coletânea estão organizados em três grandes blocos. O primeiro é constituído por textos que abordam "a construção do campo de conhecimento da saúde coletiva", quais sejam: o processo saúde-doença; a organização da atenção à saúde; saúde e determinação social; o conhecimento e o saber. No segundo bloco, os textos abordam "a construção da estratégia política", agrupados em três subseções: crítica ao sistema de saúde brasileiro; percursos e fronteiras; e reflexões sobre a transição democrática. O terceiro bloco, "Teoria e tática da reforma sanitária", é composto por textos que discutem a "teorização da prática" relativa aos rumos da política de saúde no final dos anos 1980[3(6)].

Estudos acadêmicos acerca da Reforma Sanitária brasileira invariavelmente colocam a revista como um dos principais veículos de disseminação do pensamento sanitário da época, que nasceu e se desenvolveu nos departamentos de saúde coletiva das universidades públicas, nos cursos de especialização em saúde pública e nos serviços que recebiam os egressos desses cursos[4,5]. Dessa forma, os ideais da Reforma Sanitária se disseminavam no meio acadêmico, nos serviços de saúde e nos movimentos sociais que emergiram nas periferias das cidades, reivindicando melhores condições de moradia, educação e acesso a serviços de saúde. A importância da revista também pode ser constatada por ela mesma ter se constituído fonte empírica de teses e dissertações[6,7].

Fizeram parte do primeiro Conselho Editorial: Emerson Elias Merhy, Ana Maria Segall Corrêa, Dalmo Herrera Feitoza, David Capistrano Filho, Sandra Roncali Mafezolli e Aguinaldo Gonçalves. Ao longo do tempo, muitos sanitaristas assumiram a editoria da revista, ampliando e/ou renovando o quadro de editores. É importante ressaltar a participação

de Paulo Duarte de Carvalho Amarante como editor da revista nos períodos de 1982-1984, 1987-2001 e 2005-2013. No final de 2013, Maria Lucia Frizon Rizzotto assumiu a editoria, que, em 2026, passou a ser compartilhada entre Ana Maria Costa, Lenaura Vasconcellos e Maria Lucia Frizon Rizzotto.

A última avaliação do Qualis-Capes classificou a revista como A2 na área de saúde coletiva e, no *ranking* do Google Acadêmico, ela figura entre os primeiros periódicos científicos nacionais da área da saúde. Além disso, está indexada em bases como Biblat, Lilacs, SciELO Brasil, SciELO Saúde Pública, Latindex e Sumários, com submissões recentes à Scopus e à Web of Science. Entretanto, essa excelência convive, não sem tensão, com a realidade material de um país que não assegura sustentabilidade financeira para revistas científicas que não compactuam com a mercantilização do conhecimento. A ausência de políticas públicas de apoio a periódicos nacionais obrigou a revista, a partir de 2021, a cobrar taxa de publicação, um ajuste pragmático imposto pela ausência do Estado – o mesmo Estado que o art. 196 da Constituição obriga a garantir direitos sociais, mas que segue tratando o financiamento da ciência nacional como item marginal no orçamento[8].

Ao longo desses 50 anos, a revista publicou 150 números regulares e 45 números especiais, estes últimos concebidos por chamada aberta justamente para dar voz a regiões e segmentos sociais historicamente marginalizados dos grandes circuitos de divulgação acadêmica – uma escolha editorial que também é um posicionamento político. Os dados de 2025 dão a dimensão do trabalho: dos 1.147 manuscritos recebidos, 179 (15,6%) foram aprovados e publicados com tempo médio de 160 dias entre a submissão e a publicação. Em 2026, o volume de submissões permaneceu elevado, com 1.116 manuscritos recebidos até o momento, o que equivale a uma média de 140 por mês. Em agosto de 2026, a revista registrou 86.488 visitas na base SciELO e 61.511 no próprio *site*, números que confirmam sua centralidade continuada no debate sanitário nacional. O editorial 'O Cebes na agenda pela desprivatização da saúde e do SUS', publicado no último número da revista, registrou 613 *downloads* em menos de 20 dias.

O perfil de autoria também merece registro: 66,6% das pessoas autoras são mulheres, 32,6%, homens, 0,5%, não binárias, e 0,3% não informaram o gênero; quanto à raça e etnia, 62% se autodeclararam brancas, 16%, negras, 9%, latinas ou hispânicas, e 12% não informaram – dados que expõem, ainda hoje, o quanto o campo científico brasileiro reproduz desigualdades que a própria tradição da saúde coletiva se propõe a combater, e que deve pautar o compromisso editorial da revista com a equidade nos próximos anos. A origem dos autores mostra, entre os dez primeiros colocados: Brasil, Estados Unidos da América, Portugal, Argentina, China, Espanha, Turquia, Colômbia, França e Índia[9].

Embora vinculada organicamente ao Cebes, a revista não impõe restrição de filiação institucional aos seus autores; ainda assim, cumpre até hoje sua função fundadora de difundir conhecimento orientado à transformação do campo da saúde. É por meio de seus editoriais – de autoria formalmente individual, por exigência do SciELO, mas deliberados coletivamente pela diretoria executiva do Cebes – que a entidade segue tomando posição nos temas estratégicos da conjuntura. Outrossim, é significativo – e coerente com sua história – que a revista se recuse a negociar com as exigências de bases de indexação a redução da publicação de artigos de opinião e relatos de experiência que apontem caminhos para a consolidação do direito à saúde.

Comemorar os 50 anos da 'Saúde em Debate' não é, portanto, um exercício de nostalgia acadêmica. É reafirmar que a revista nasceu como arma de um campo político determinado – o movimento sanitário que enfrentou a ditadura, venceu na Constituinte e segue, meio século depois, tendo que disputar, palmo a palmo, a sobrevivência do SUS contra o desfinanciamento, a privatização e o negacionismo. Da

denúncia da privatização do Inamps em 1976 à agenda de desprivatização do SUS em 2026, a revista percorreu um círculo que não é de repetição, mas de continuidade histórica: a mesma causa, sob novas máscaras do capital na saúde. Enquanto houver quem trate a saúde como mercadoria, a 'Saúde em Debate' terá, nos próximos 50 anos, exatamente a mesma razão de existir que teve nos primeiros.

## Contribuições de autoria

Rizzotto MLF (0000-0003-3152-1362)*, Costa AM (0000-0002-1931-3969)* e Lobato LVC (0000-0002-2646-9523)* contribuíram igualmente para a elaboração do manuscrito. ■

## Referências


1. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Editorial. Saúde Debate. 1976;1(1).
2. Paim JS. Saúde, política e reforma sanitária. Salvador: CEPS-ISC; 2002.
3. Fleury S, Bahia L, Amarante PDC, organizadores. Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: Editora CEBES; 2007.
4. Escorel S. Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1998.
5. Paim JS. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão crítica [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2007.
6. Paula SHB, Santos RMB, Bonfim JRA, et al. A criação de Saúde em Debate, revista do CEBES: narrando a própria história. Saúde Debate. 2009;33(81):148-55.
7. Sophia DC. O CEBES e o movimento de reforma sanitária: história, política e saúde pública (Rio de Janeiro, 1970-1980). Rev Bras Hist Cienc. 2012;5(2):406-8.
8. Saúde em Debate [Internet]. Rio de Janeiro: Cebes; [2026]. Sobre o periódico; [2026] [acesso em 2026 set 9]. Disponível em: https://saudeemdebate.org.br/sed/about
9. SciELO Brasil [Internet]. São Paulo: SciELO; [data desconhecida]. SciELO Network Bibliometric Indicators; [2026] [acesso em 2026 set 9]. Disponível em: https://analytics.scielo.org/w/bibliometrics/list/general_indicators


*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).